

PRÁTICAS DA HISTÓRIA

JOURNAL ON THEORY, HISTORIOGRAPHY,
AND USES OF THE PAST

N.º 11 - 2020



Editorial

No 20.º aniversário de *Provincializing Europe*

José Neves e Marcos Cardão

Práticas da História, n.º 11 (2020): 7-23

www.praticasdahistoria.pt

Editorial

No 20.^o Aniversário

de *Provincializing Europe*

José Neves e Marcos Cardão

Em 2000, quando foi publicado o livro *Provincializing Europe – Post-colonial Thought and Historical Difference*, de Dipesh Chakrabarty, a autoridade científica da disciplina da História vinha já sendo questionada por perspectivas genericamente classificadas como pós-modernas, na senda de intervenções tão seminais como *Metahistory: the Historical Imagination in Nineteenth Century Europe*, de Hayden White, obra esta datada de 1973. A publicação do livro mais conhecido de Chakrabarty veio contribuir para o aprofundamento destas perspectivas, mas também para a abertura de um novo ângulo de questionamento da disciplina, ao confrontar os historiadores com a crítica pós-colonial, que então se encontrava em fase de afirmação académica no espaço anglo-saxónico e ameaçava as assunções eurocêtricas de várias disciplinas no campo das ciências sociais e das humanidades.

Vinte anos após a publicação de *Provincializing Europe*, propusemos à revista *Práticas da História – Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past* a organização de um número especialmente dedicado ao historiador Dipesh Chakrabarty e, em particular, ao seu livro acima referido. As nossas motivações para a organização deste número radicam no impacto que a leitura de Chakrabarty teve na nossa formação intelectual, mas também ganham alento pelo facto de lutas anti-racistas recentes terem vindo a instigar uma série de debates em torno da descolonização do conhecimento histórico, da memória colectiva e dos resquícios do passado colonial no presente. É com regozijo que registamos que o ano em que se derrubaram tantas estátuas que celebram os heróis do colonialismo europeu coincide

com o vigésimo aniversário de *Provincializing Europe*, texto que continua a desafiar os limites do moderno pensamento europeu, animando debates sobre o historicismo, a escrita da história e as políticas do tempo, bem como a problematização de categorias centrais à teoria social e política, tais como modernidade, universalismo, capitalismo ou diferença.

Professor de História e Estudos do Sudeste Asiático na Universidade de Chicago, Dipesh Chakrabarty teve uma formação acadêmica marcada pelo cruzamento disciplinar, da licenciatura em Física (Universidade de Calcutá) ao mestrado em Gestão Empresarial (Instituto Indiano de Gestão), culminando no doutoramento em História, obtido na Universidade Nacional da Austrália. Com a ida para Chicago, onde se encontra desde os anos de 1990, tornou-se um dos autores mais proeminentes na área da História e dos Estudos Pós-coloniais, sendo hoje também uma voz importante nas discussões sobre as alterações climáticas e suas implicações para o pensamento histórico e político.

Tendo nascido em Calcutá em 1948, um ano após a independência da Índia, Dipesh Chakrabarty juntou-se ao grupo de Estudos Subalternos emergente no início dos anos de 1980, e onde pontificavam historiadores como Ranajit Guha, à época na Universidade de Sussex.¹ O grupo desenvolveria vários estudos originais sobre os passados indianos e simultaneamente questionadores dos protocolos dominantes na disciplina da História e de sua adequação ao conhecimento de passados não-ocidentais. Caso convocassem deuses e espíritos, estes passados eram a um tempo representados e minorizados pelas histórias ocidentais secularizadas, que os tomavam como uma mistificação de fenômenos sociais tidos – estes, sim – como matéria susceptível de análise historiográfica. Sendo que a atenção dos subalternistas e de Chakrabarty aos limites disciplinares da história se revelou igualmente na hora de investigar o agenciamento político dos grupos subalternos, em particular, a participação camponesa em revoltas sociais e protestos populares.

¹ Sobre a formação e desenvolvimento dos *Subaltern Studies*, assim como acerca da sua disseminação acadêmica global, veja-se a introdução de Vinayak Chaturvedi à antologia *Mapping Subaltern Studies and the Postcolonial* (Londres: Verso, 2000). Para uma genealogia a um tempo política e científica dos *Subaltern Studies*, veja-se: “Revolution and History: Maoism and Subaltern Studies”, *Storia Della Storiografia*, volume 62 (2012): 131-150.

A respeito deste último ponto, note-se que mesmo na tradição historiográfica marxista, que por razões ideológicas mais facilmente se identificaria com as acções políticas dos subalternos, prevalecia uma concepção desenvolvimentista do tempo que, como argumentado por Chakrabarty em *Provincializing Europe*, condicionava negativamente as possibilidades de conhecimento, representação e interpretação historiográfica daquelas acções, além de retirar importância política ao agenciamento dos grupos subalternos. Na sua versão mais simplista, a tradição historiográfica marxista predicava que a humanidade teria tanto mais consciência de si quanto mais moderna fosse – e seria tanto mais moderna quanto mais próxima se encontrasse das regiões do mundo onde o capitalismo estivesse mais amadurecido. Já nas suas versões mais elaboradas, se a tradição historiográfica marxista procurava resgatar os grupos subalternos à «enorme condescendência da posteridade» (para glosarmos a célebre expressão de Thompson na abertura de *The Making of the English Working Class*), tendia igualmente a decompor a multidão revolucionária em rostos e nomes próprios – e assim acabando por subordinar a sua agencialidade a uma das formas hegemónicas pela qual a modernidade ocidental configurava a humanidade: o indivíduo.²

Mas *Provincializing Europe*, mais do que uma crítica dirigida especificamente à historiografia marxista (e mesmo porque autores como Thompson e Rudé foram inspiradores para Chakrabarty), tratará de questionar o universalismo da disciplina da História em geral. Contra a ilusão de um conhecimento historiográfico universalmente válido, adequado a todos os tempos e a qualquer lugar, Chakrabarty apresenta-nos a disciplina como um saber emanado de um espaço e tempo específico, o ocidente moderno. E sugeria que o facto de a disciplina ter hoje um estatuto universal, que tende já a esquecer a sua proveniência situada,

2 Ver Dipesh Chakrabarty, “História subalterna como pensamento político”, in *A Política dos Muitos: Povo, Classes e Multidão*, ed. Bruno Peixe Dias, José Neves, 281-307 (Lisboa: Tinta-da-China, 2010). Veja-se nomeadamente a crítica dirigida por Chakrabarty a George Rudé, 299-230. Um versão ligeiramente diferente, ainda que anterior, deste texto encontra-se em: Dipesh Chakrabarty, “Subaltern History as Political Thought”, in *Political Ideas in Modern India: Thematic Explorations*, coord. V. R. Mehta e Thomas Pantham, 93-109 (Nova Deli: Sage, 2006).

deveria ser entendido como um privilégio epistêmico indissociável do processo de dominação imperial conduzido por aquele mesmo ocidente.

Entretanto, importa sublinhar que o questionamento do universalismo da disciplina da História, distanciando-nos da sua ambição de produzir um saber progressivamente mais verdadeiro, trata igualmente de tornar a disciplina permeável a outros entendimentos do tempo, bem como à questão da diferença cultural³. Ou seja, “provincializar a Europa” implica contestar as categorias ocidentais que pretendem traduzir os mundos não ocidentais na íntegra, denunciando a sua “inadequação”⁴, mas também abre caminho à renovação dos processos de produção de conhecimento, colocando-os num estado de precariedade e tensão permanentes. O distanciamento em relação à ambição de um conhecimento total, própria da historiografia ocidental, pode assim ser entendido como um convite à prática de uma história necessariamente fragmentária. A História deveria ser por nós encarada não como a maneira correta e universal de ler e interpretar o passado, mas enquanto uma forma situada e particular de “saber”, deste modo também se evitando soluções ou respostas definitivas.

*

Composto por dez artigos e ensaios⁵ da autoria de investigadores de várias proveniências disciplinares e geográficas, este número contém

3 Dipesh Chakrabarty, “The difference-deferral of a colonial modernity: Public debates on domesticity in British Bengal”, in *Subaltern Studies VIII: Essays in honor of Ranajit Guha*, ed. David Arnold and David Hardiman, 50-88 (Nova Deli: Oxford University Press, 1994); Dipesh Chakrabarty, *Habitations of Modernity: Essays in the Wake of Subaltern Studies* (Chicago: University of Chicago Press, 2002).

4 Uma das formulações mais célebres de “Provincializing Europe”, que se tornou uma espécie de emblema da obra de Dipesh Chakrabarty, menciona que o pensamento das ciências sociais é simultaneamente indispensável e inadequado: “It is both indispensable and inadequate in helping us to think through the various life practices that constitute the political and the historical in India. Exploring—on both theoretical and factual registers—this simultaneous indispensability and inadequacy of social science thought is the task this book has set itself”. Dipesh Chakrabarty, *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference* (Princeton: Princeton University Press, 2000), 6.

5 Neste número especial, ao contrário dos anteriores números, não há rubricas diferenciadas para ensaios e artigos. Quando são ensaios, tal está devidamente assinalado em nota de rodapé. Publicamos ainda textos a convite dos editores que não passaram por um processo de arbitragem científica externo; tal está também assinalado em nota de rodapé.

ainda uma entrevista inédita a Dipesh Chakrabarty, conduzida por nós em janeiro de 2020, por ocasião de uma sua conferência em Lisboa sobre a temática do Antropoceno.⁶ A entrevista abrange diferentes temas que podem contribuir para uma genealogia de *Provincializing Europe*, desde os anos formativos do autor à sua relação com o marxismo, sendo que o presente número inclui também a tradução de um texto da autoria do próprio Chakrabarty – “Postcoloniality and the Artifice of History”, primeiro capítulo de *Provincializing Europe*, e que retoma um seu artigo publicado em 1992 na revista *Representations*.⁷

Entre os artigos e ensaios que compõem este número especial, vários tratam de reler Chakrabarty colocando-o em diálogo com outros pensadores. No artigo “Reading Provincializing Europe as a Missed Opportunity”, Réal Fillion refere o desafio que *Provincializing Europe* coloca para pensar simultaneamente o universal e o particular e, para este efeito, promove um diálogo com a filosofia da história de Hegel, sugerindo que a distinção entre uma História (universal) 1 e História (particular) 2 pode ser clarificada pelo confronto com o filósofo alemão, que examina precisamente como a universalidade se particulariza. Por sua vez, no artigo “Más allá del orientalismo: leer a Marx entre Chakrabarty y Aricó”, Marcelo Starcenbaum refere como ambos os autores, Chakrabarty e o argentino José Aricó, tratam de intervir na discussão sobre o orientalismo em Marx: o primeiro fá-lo abrindo o corpus marxista ao problema da diferença histórica e cultural; o segundo, procurando deslocar a tradição marxista através da recuperação de um Marx interessado nas especificidades das sociedades não-europeias. Já no artigo “Scientific Humanisms and the Anthropocene, Or the Dream of Steering the Evolution of the Human and Natural World”, Marianne Sommer convoca a obra do biólogo Julian Sorell Huxley, em particular

6 A conferência foi organizada pela Fundação Culturgest e pelo Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia (CIUHCT), a quem agradecemos o apoio concedido para a realização da entrevista. Refira-se ainda que na mesma ocasião realizámos uma entrevista com Chakrabarty exclusivamente centrada na questão do antropoceno e na sua reflexão sobre os desafios colocados pelas alterações climáticas à disciplina da História. Esta entrevista pode ser lida (em português e em inglês) no número 11 da revista *Electra*.

7 Dipesh Chakrabarty, “Postcoloniality and the Artifice of History: Who Speaks for ‘Indian’ Pasts?”, *Representations* 37 (1992): 1-26.

a noção de humanismo proveniente da história da ciência e da biologia evolutiva, para questionar as categorias de progresso, teleologia, universalismo e eurocentrismo presentes nalguns modos de fazer a história. Marianne Sommer discute tais categorias a partir da obra recente de Dipesh Chakrabarty sobre as alterações climáticas e o antropoceno, salientando como a noção de “antropos” se lhe afigura problemática.

Outros textos aproximam-se de Chakrabarty e do seu *Provincializing Europe* a partir de geografias específicas, relativas à experiência de ensino ou às áreas de investigação dos autores dos textos. Saurabh Dube relata na primeira pessoa o seu encontro com a obra de Dipesh Chakrabarty e como esta constituiu para si um desafio simultaneamente intelectual e pedagógico. No artigo “Historicism and Modernity in the Wake of Provincializing Europe”, Dube conta como a sua experiência de professor de História no Colégio do México lhe permitiu, por um lado, testar os problemas e as possibilidades do pós-colonialismo enquanto conceito e perspectiva, e, por outro, olhar para a modernidade enquanto processo histórico e forma de poder. Em “Rethinking Medieval Japan”, Rajyashree Pandey retoma uma célebre fórmula de *Provincializing Europe*, segundo a qual o pensamento das ciências sociais é simultaneamente indispensável e inadequado para compreender os mundos não ocidentais, em particular quando se trata de áreas que permaneceram praticamente intocadas pelo pensamento ocidental, como o Japão medieval, e que não foram aprisionadas a uma série de binarismos eurocêntricos, como sexo/gênero ou natureza/sociedade. Ao invés da “inadequação” das categorias ocidentais impossibilitar a tarefa hermenêutica, ou ser uma fonte de ansiedade, Rajyashree Pandey sugere que um dos prazeres de analisar os textos do Japão medieval é precisamente a sua estranheza, e que lidar com ela exige uma desfamiliarização de categorias que se tornaram óbvias e inquestionáveis no pensamento ocidental. Por sua vez, Patrícia Martins Marcos procura desnaturalizar os legados do imperialismo inscritos em ideias sobre o lugar (Europa ou o Estado-nação) e o tempo (a cronologia universal da modernidade). No artigo “Decolonizing Empire: Corporeal Chronologies and the Entanglements of Colonial and Postcolonial Time”, a au-

tora propõe-se provincializar a cronologia política que liga os passados coloniais a presentes (pós-) coloniais, e desafiar as formas de periodização “soberanistas”, contrapondo-lhes cronologias corporais, presentes nas expressões ameríndias de resistência colonial, de modo a considerar o modo como o passado é corporificado e reiterado através da memória, trauma e deficiência.

Finalmente, um último conjunto de ensaios e artigos concentra-se mais demoradamente na forma de compreendermos a Europa, as suas histórias e legados. No artigo “Provincializing for a Planetary Perspective”, Bo Stråth extrapola a análise das dinâmicas da modernidade iluminista para os tempos actuais, destacando como estas foram interrompidas pela polarização crescente entre a narrativa da globalização, que equivaleria a uma nova história 1, e o actual nacionalismo étnico, que emergiu após a crise financeira de 2008 e que corresponderia à história 2. Stråth apropria-se das duas formas de tempo histórico para discutir a permanência do regime temporal presentista na actualidade. A inexistência de um futuro mobilizador e a construção discursiva de um passado idealizado, impulsionado em grande medida pelo novo nacionalismo xenófobo e pelo extremismo de direita, seriam a expressão da falta de horizontes de expectativa e do fracasso da categoria de progresso.

Já Manuela Ribeiro Sanches aborda *Provincializing Europe* a partir da prática da tradução, assinalando o modo com esta pode constituir um ponto de partida para dar conta das ambiguidades da obra. Tradutora de dois textos de Chakrabarty para português, no seu artigo “Traduzir o que ainda não compreendo”, Ribeiro Sanches salienta que o projeto de “provincializar a Europa” não equivale à rejeição da Europa, enquanto entidade imaginada, mas a um esforço de tradução entre o pensamento europeu e outros modos de ver e estar no mundo.⁸ Seguindo o gesto chakrabartiano de colocar em tensão permanente mundos

⁸ Manuela Ribeiro Sanches traduziu um dos capítulos de “Provincializing Europe”, num livro publicado em 2003, que pretendia divulgar o autor e as tendências pós-coloniais em Portugal. Ver Manuela Ribeiro Sanches, *Dipesh Chakrabarty, História subalterna como pensamento político* (Lisboa: Tinta da China, 2010); Manuela Ribeiro Sanches, *Dipesh Chakrabarty, Histórias de minorias, passados subalternos* (Lisboa: Livros Cotovia, 2005).

aparentemente inconciliáveis, Manuela Ribeiro Sanches sugere que a tradução é precisamente uma tentativa de negociar sentidos, de conjugar opostos e de se predispor a aceitar um horizonte ético, de modo a “ouvir aquilo que ainda não se compreende”.

Por sua vez, no artigo “Misreading Provincializing Europe”, Christopher L. Hill sublinha as ambiguidades e contradições de um livro que se propõe tratar de um problema que é simultaneamente metodológico, institucional e político. Recordando o impacto que a leitura de Chakrabarty teve no seu próprio trajecto, nomeadamente na sua investigação de doutoramento em torno do desenvolvimento das histórias nacionais (veja-se o seu *National History and the World of Nations - Capital, State, and the Rhetoric of History in Japan, France, and the United States*)⁹, Hill identifica diferentes interpretações enviesadas a que a ideia de provincializar a Europa foi sendo sujeita, propondo a perspectiva transnacional como uma forma de explorar e procurar resolver aquelas ambiguidades e contradições. Por fim, no comentário a “Provincializing Europe”, Montserrat Galceran refere como o pensamento europeu, sendo marcado por desvios e disjunções, nem por isso deixa de ser exportado como um todo, parecendo mais homogéneo do que realmente é, em consequência da geopolítica do conhecimento que está ligada à história da dominação imperial. Montserrat Galceran argumenta ainda que o trabalho de Chakrabarty contribui para romper com a temporalidade única e linear herdada do Iluminismo e do historicismo, o que implica, por exemplo, deixar de pensar a política como um futuro por vir, para se aproximar dela a partir da ideia de que os acontecimentos não estão predeterminados.

Por último, destacamos ainda a publicação de duas resenhas relacionadas com o tema deste número. António de Carvalho leu a recentíssima obra de homenagem a Chakrabarty publicada pela Routledge, com o título *Dipesh Chakrabarty and the Global South. Subaltern Studies, Postcolonial Perspectives, and the Anthropocene*, coordenada por

⁹ Christopher L. Hill, *National History and the World of Nations - Capital, State, and the Rhetoric of History in Japan, France, and the United States* (Durham: Duke University Press, 2009).

Saurabh Dube, Sanjay Seth e Ajay Skaria, ao passo que Sara Araújo traz-nos a sua leitura de uma publicação menos recente e, neste caso, dirigida à crítica do projecto de provincialização da Europa: *The Post-colonial Orient – The Politics of Difference and the Project of Provincialising Europe*, de Vaisant Kaiwar.¹⁰

¹⁰ No que diz respeito às críticas que o trabalho de Dipesh Chakrabarty tem sido objecto, destacam-se, pela sua ressonância e pelas respostas que suscitou, as seguintes obras: *Postcolonial Theory and the Specter of Capital*, de Vivek Chibber (Londres, Verso, 2013). Para uma crítica de teor radicalmente distinto, e que se dirige quer ao trabalho de Chakrabarty em análise neste número, quer à sua reflexão mais recente relativamente ao antropoceno e ao seu estudo sobre o historiador indiano Jadunath Sarkar, publicado em D. Chakrabarty, *The Calling of History: Sir Jadunath Sarkar and His Empire of Truth* (Chicago: Chicago University Press, 2015), veja-se Suman Seth, “The Politics of Despair and the Calling of History”, *History and Theory*, Volume 56, n.º 2 (2017): 241-257.